

CHINA: ESTADO, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES MILITARES

CHINA: STATE, SOCIETY, AND DEVELOPMENT OF MILITARY CAPACITIES

Leandro Teixeira dos Santos (UFRGS)
teixeirasantospe@gmail.com

Mariana Preta Oliveira de Lyra (UFPE)
marianapolyra@gmail.com

Resumo: Este artigo trata da relação entre o Estado, a sociedade e os investimentos públicos chineses. Considerando-se que a legitimidade do Estado e do governo chinês está relacionada ao desempenho econômico, e que a China apresenta tendências de menor crescimento, questiona-se: a necessidade de satisfazer demandas sociais crescentes está reduzindo os investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades militares? Defendia-se uma hipótese afirmativa, porém não se encontram evidências relevantes que a confirmassem. Índícios sugerem que o aumento dessas demandas poderá representar constrangimentos futuros, como questionamentos sobre a importância relativa de certos investimentos. No entanto, o desenvolvimento de capacidades militares continuará como um objetivo governamental central.

Palavras-chave: China. Capacidade estatal. Demandas sociais. Investimentos militares.

Abstract: This article approaches the relationship between State and society and the Chinese public investments. Considering that the legitimacy of the State and the Chinese government is related to economic performance, and that China has lower growth trends, it is questioned: does the need to meet growing social demands reduce public investment in the development of military capabilities? We defend an affirmative hypothesis; however, we did not find relevant evidence to confirm it. Evidence suggests that the increase of these demands could pose future constraints, such as questions about the relative importance of certain investments. Nevertheless, the development of military capabilities remains as a central goal for the Chinese government.

Key-words: China. State capacity. Social demands. Military investments.

Recebido: 30/09/2015

Aprovado: 09/10/2015

Considerações iniciais

Aborda-se, neste artigo, a interação entre o Estado, a sociedade e os investimentos públicos chineses. Enfatizam-se os investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades militares. Trata-se de assunto atual, relevante e oportuno, pois, enquanto internamente na China existe o objetivo de elevar essas capacidades e a preocupação com a sustentabilidade dos investimentos, externamente questionam-se os reais interesses do governo chinês com a ampliação das inversões. Igualmente, o tema é um dos mais importantes do campo de estudos estratégicos internacionais na atualidade.

A partir do estudo da interação no período mais recente, considerando que a legitimidade do Estado e do governo chinês está mais relacionada ao desempenho econômico, e que a China apresenta tendência de menor crescimento, busca-se responder à seguinte questão: A necessidade de satisfazer demandas sociais crescentes está reduzindo os investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades militares? Embora a hipótese inicial fosse positiva, as análises dos dados sugerem que a elevação da demanda poderá criar constrangimentos futuros, como questionamentos sobre a importância relativa de certos investimentos, e a necessidade de encontrar outros meios para custeá-los, o que dependerá, dentre outros fatores, da continuidade ou não da redução da taxa real de crescimento, da forma como o Estado e o governo chinês conduzirão a situação e do grau de legitimidade destes últimos.

A problemática foi metodologicamente desenvolvida por meio de revisão da literatura e de análises de dados. O texto, além de incluir esta introdução e a conclusão, está estruturado em três partes, a saber: a primeira seção, em que se apresenta um quadro teórico-conceitual sobre capacidade e legitimidade estatal por meio da evolução recente da interação entre o Estado e a sociedade chinesa; a segunda seção, em que se destacam as despesas militares e a construção de capacidades militares chinesas; e a terceira seção, na qual se enfatizam a evolução do sistema de bem-estar social na China e o modo pelo qual se justificam investimentos futuros no setor militar.

1. Capacidade e legitimidade estatal: interação Estado e sociedade chinesa na atualidade

O entendimento da interação entre o Estado e a sociedade é tarefa complexa, ainda mais quando se trata da China, país milenar, dotado da maior população do mundo, estruturado em um regime autocrático comandado pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e em uma economia intitulada “economia socialista de mercado com características chinesas”, peculiaridades sobre as quais se conhece pouco. Nesse sentido, a presente seção propõe-se a construir um panorama sobre a atual interação entre o Estado e a sociedade chinesa, em algumas áreas-chave que são estruturantes da capacidade estatal de qualquer país e fundamentais à sua legitimidade, quais sejam: a capacidade estatal de extração de recursos, a capacidade estatal de coerção e a capacidade estatal administrativa. A abordagem dessas capacidades é igualmente útil para compreender a legitimidade do governo chinês e sua competência de extrair recursos da população e aplicá-los de maneira eficiente, da mesma forma que para justificar os investimentos no setor militar.

Entende-se por capacidade estatal “[...] a extensão em que intervenções de agentes estatais nos recursos não-estatais, atividades e conexões interpessoais atuais altera as presentes distribuições destes recursos, atividades e conexões interpessoais, bem como as relações entre aquelas distribuições” (TILLY 2007, 16). Destaca-se, assim, que a capacidade estatal é resultante da relação entre o Estado e a sociedade, sendo influenciada por esta a própria existência do Estado. A interação é caracterizada por relações de negociações entre o Estado e a sociedade, na qual o primeiro é coercitivo e extrator de recursos da segunda, mas em contrapartida deve proporcionar à última “[...] segurança, direitos, bem-estar e serviços que tragam sustentabilidade para essa relação” (CASTELLANO, 2012, p. 2-3).

A relação entre o Estado e a sociedade também é determinante para a legitimidade do Estado, à medida que os seus níveis de interação influenciam no resultado da avaliação feita pelos governantes e governados sobre a prerrogativa daquela instituição política de explorar e exercer o poder político. Adota-se, aqui, o entendimento de Zhao (2009, p. 418) sobre os fundamentos da legitimidade do Estado, estabelecido a partir da classificação de Weber – legitimidade tradicional, legitimidade carismática e legitimidade legal. Zhao defende que ela pode ser resultante de três elementos que caracterizam predominantemente as suas bases justificativas: “o elemento ideológico”, no qual a legitimidade estatal é “[...] determinada por um sistema de valores nas formas de tradição, religião e filosofia política”; “o elemento jurídico-eleitoral”, que se tem quando “[...] é preciso leis como princípios vinculativos para todos os grupos sociais, incluindo as próprias elites estatais, e quando os principais líderes são eleitos pelo voto popular em uma base popular”; e “o elemento desempenho” que se tem quando a legitimidade é justificada pelo “[...] desempenho econômico e/ou moral e pela capacidade do Estado de defesa nacional”.

Assim, o autor fala em “legitimidade ideológica, legitimidade jurídico-eleitoral e legitimidade com base no desempenho”. Dado que, nesse caso, legitimidade é algo que varia de acordo com o nível de aceitação que se tem da exploração e do exercício do poder político por parte do Estado, podem-se estabelecer graus de legitimidade do Estado (GILLEY, 2006). Isso figura como um elemento constrangedor de seu comportamento unilateral. Logo, os governantes tendem a conceder atenção a essa condição quando propõem as leis, as políticas de desenvolvimento, as formas de execução do dinheiro público etc. Como se verá a seguir, por exemplo, as crescentes expectativas pela ampliação e pela melhoria dos serviços públicos chineses têm pressionado o governo a melhorar a rede de segurança social.

Adicionalmente, a interação entre o Estado e a sociedade, além de ser importante para a determinação da capacidade estatal, para o grau de legitimidade do Estado e para a dinâmica

interna de um país como um todo, é do mesmo modo importante nas relações interestatais. Uma interação mutuamente forte, em que haja elevada capacidade estatal e satisfação da sociedade, assim como elevada legitimidade estatal, favorece a capacidade de ação do Estado em relação aos seus congêneres (CASTELLANO, 2012). A China, diante da probabilidade, da eminência ou durante um conflito com outro país, pode extrair mais recursos da sociedade e/ou deslocá-los de outros serviços públicos com a intenção de aumentar suas chances de sucesso no conflito provável ou real, com menor possibilidade de uso da barganha, da coerção ou mesmo da força, o que, do mesmo modo, pode funcionar para o desenvolvimento da capacidade de prontidão do Exército de Libertação Popular (ELP). Feitas essas considerações, o que se pode dizer sobre a interação entre o Estado e a sociedade na China? E sobre a capacidade e a legitimidade estatal chinesa?

Primeiro, Zhao (2009) aponta que, na história política da China, a legitimidade com base no desempenho tem sido muito importante, inclusive é a que atualmente predomina. Ela passou a ser importante quando a dinastia ocidental Zhou (1045-771 a.C.) estabeleceu o Mandato do Céu (*tianming*) como elemento justificador da legitimidade do Estado que, embora remetesse a uma “concessão divina”, era caracterizada pelo humanismo e racionalismo histórico. Assim, o governante, mesmo com ingerência limitada sobre o seu próprio destino, poderia alterá-lo parcialmente, tendo por base a boa conduta e a moral. Adicionalmente, ele trabalhava para “manter o funcionamento da administração governamental e a ordem pública, prover a defesa do Estado em tempo de ataques estrangeiros e assumir responsabilidades pelo bem-estar das pessoas e pelos serviços públicos associados” (ZHAO, 2009, p. 421).

Porém, ainda segundo Zhao (2009), durante a era Mao Tsé-tung (1949-1976) esse elemento base perdeu espaço, dado que a legitimidade passou a ser resultante da ideologia comunista e do carisma pessoal do governante. Todavia, a reemergência da legitimidade baseada no desempenho aconteceu a partir da década de 1980, como resultado da crise de legitimidade do governo chinês, após a grande fome (1959-1961) e a Revolução Cultural (1966-1976). Contribuíram para a sua consolidação as reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978; a necessidade de conter a insatisfação de parte da sociedade chinesa em relação ao governo devido ao massacre da Praça da Paz Celestial (1989); e a emergência e intensificação de vários problemas sociais, gerando instabilidade social, problemas mais visíveis no governo de Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2003-2013). Logo, verifica-se que, desde a ascensão de Xiaoping ao poder, os líderes chineses têm buscado elevar o desempenho moral, o desempenho econômico e o desempenho na defesa do interesse nacional como forma de se

manterem no poder (ZHAO, 2009). Consequentemente, estando a legitimidade mais atrelada ao desempenho e menos à ideologia, tornar-se mais suscetível de ser questionada quando o desempenho do Estado for avaliado pela sociedade como abaixo das expectativas. Como Zhao (2009, p. 16) esclarece, a legitimidade baseada no desempenho é:

[...] intrinsecamente instável, porque ela carrega promessas concretas e, portanto, desencadeará crises políticas imediatas quando as promessas não forem cumpridas. Este problema é especialmente sério para um Estado moderno, uma vez que seu poder está baseado principalmente no desempenho, porque Estados modernos tendem a estar em desenvolvimento mais do que em subsistência orientada e prometem demais. Portanto, embora o atual governo gaste muito esforço para aumentar sua legitimidade melhorando o seu desempenho, ele enfrentará uma grande crise quando a economia chinesa esfriar, a menos que estabeleça a legitimidade jurídico-eleitoral.

Segundo, até pouco tempo, a instituição PCC era tão ou mais importante do que o próprio Estado. De acordo com Shambaugh (2002), até meados dos anos 1990, havia uma “simbiose” intensa entre as instituições partido, exército e Estado na China. Até então, as relações exército-partido eram mais fortes do que as relações exército-Estado, indicando que o PCC era, na perspectiva do exército, mais importante do que o próprio Estado. Porém, parece que tal situação está mudando, dado que o ELP está cada vez mais leal ao Estado. Isso está se configurando como uma bifurcação nas relações entre as três instituições e a emergência de relações civis-militares, nas quais o ELP tem, progressivamente, seus papéis regulados pela lei, orçamento controlado e é mais obediente ao Estado. Apesar da mudança, a capacidade e a legitimidade do Estado ainda são substancialmente influenciadas pelo PCC. Caso esta instituição passe por déficit de legitimidade, o que pode resultar de sua própria incapacidade de se manter no poder, tanto a capacidade quanto a legitimidade do Estado podem ser negativamente impactadas.

Terceiro, a China tem evoluído no desenvolvimento de sua capacidade estatal. Três dimensões-chave para medi-la são a capacidade extrativa, a capacidade coercitiva e a capacidade administrativa. Elas podem medir a capacidade do Estado para manter a ordem, tributar, proteger os direitos de propriedade, aplicar contratos, prestar bens e serviços, coordenar informações e medidas, entre outros (HANSON; SIGMAN, 2013).

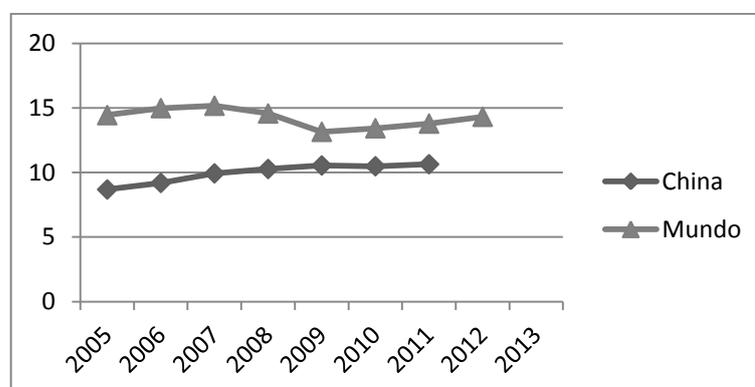
Brautigam, Fjeldstad e Moore (2008) destacam que a capacidade do Estado de extrair recursos afeta as demais capacidades e promove mudanças nas relações entre Estado e sociedade. Baixa capacidade de extração pode levar à diminuição da capacidade coercitiva, administrativa e de prestar serviços públicos, pois estas necessitam de recursos para serem

mantidas e aperfeiçoadas. Segundo Collins e Chan (2009, p. 2), “para um Estado ser capaz de liderar mudanças socioeconômicas, ele deve primeiro ser capaz de extrair recursos financeiros”. Mas isso não é suficiente, pois “se você não pode orçar, como você pode governar?” (MA, 2009, p. 9). Todo Estado necessita de capacidade orçamental, que é

[...] a capacidade do Estado para manter os gastos dentro de receitas disponíveis para o propósito da sustentabilidade fiscal; para alocar eficientemente os recursos financeiros na forma que reflete as necessidades dos cidadãos; e para coletar eficientemente as receitas e em seguida gastá-las para produzir bens e serviços a um custo que atinge a eficiência operacional em curso. Em outras palavras, a capacidade de orçamento é composta por três elementos básicos: a disciplina fiscal agregada, a eficiência alocativa e a eficiência operacional (MA, 2009, p.10).

A China tem desenvolvido a capacidade de extração de recursos (MA, 2009). Porém, mesmo considerando o avanço, ao se verificar a receita fiscal do Estado em relação ao produto interno bruto (PIB), conclui-se que ela é menor do que a média mundial (Gráfico 1). O problema maior, contudo, é que o país ainda se encontra nos estágios iniciais de desenvolvimento da capacidade orçamental. Para alcançar o estágio avançado, é necessária a institucionalização do sistema de controle orçamentário básico, principalmente à medida que as demandas sociais se multiplicam. Como já dispõe de considerável capacidade de extração, o país precisa agora desenvolver qualidades técnicas, regularização, disciplina e controle sobre o sistema orçamentário, além de conectar melhor os planos de desenvolvimento socioeconômico com os orçamentos públicos (MA, 2009).

Gráfico 1: Receita fiscal comparada: China e mundo (% do PIB)

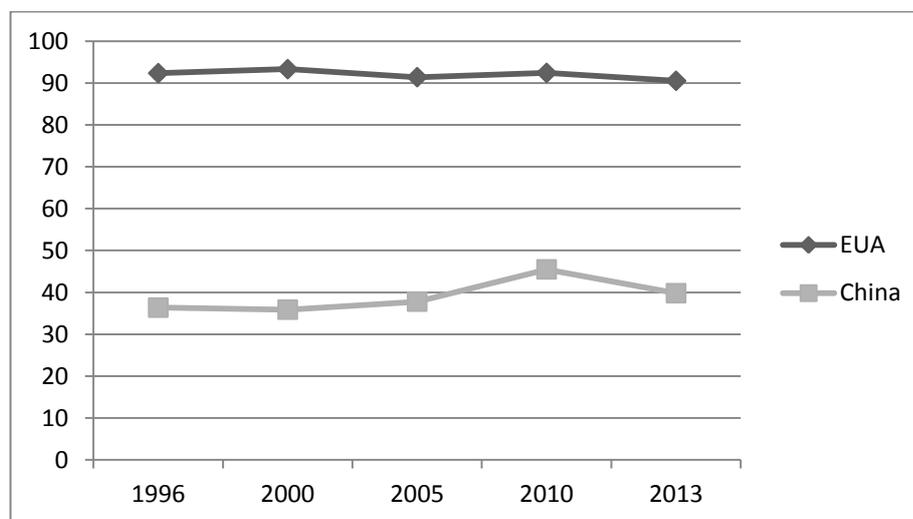


Fonte: El Banco Mundial (2015a). Elaboração dos autores.

A segunda “dimensão-chave” é a capacidade de coerção, que é “[...] a capacidade do Estado para preservar suas fronteiras, proteger-se contra ameaças, manter a ordem interna e aplicar a

política” (HANSON; SIGMAN, 2013, p. 6). Nesse sentido, usando-se o indicador agregado “Estado de Direito” para avaliar a capacidade de coerção do Estado chinês, verifica-se que ela é baixa, principalmente quando comparada a de país como os EUA (Gráfico 2). Saliente-se que, segundo The World Bank (2015), o indicador agregado “Estado de Direito capta a percepção da dimensão em que os agentes têm confiança em e respeitam as regras da sociedade [...]”.

Gráfico 2: China: Estado de Direito (em percentil), anos selecionados*



Fonte: The World Bank (2015). Elaboração dos autores.

*Percentil indica a pontuação do país entre todos os países abrangidos pelo indicador agregado, com 0 correspondendo ao nível mais baixo e 100 à mais alta classificação.

A terceira dimensão-chave é a capacidade administrativa, que tem como pré-requisito para sua existência a capacidade extrativa e a capacidade coercitiva. Para Hanson e Sigman (2013, p. 8), ela “[...] envolve muitos componentes, incluindo a capacidade para o desenvolvimento de políticas, a capacidade de coordenar os mercados por cumprimento de contratos e de proteger direitos de propriedade, e a capacidade de produzir e de distribuir bens e serviços públicos para a população”. Em relação à China, pode-se ter uma ideia de sua capacidade administrativa por meio de suas reformas econômicas, da forma de avaliação do desempenho estatal e pela maneira como o país consegue gerir os conflitos e resistências sociais, entre eles o conflito por terra.

As reformas econômicas tiveram início em 1978, com o objetivo de promover o desenvolvimento da China pela via socialista, com características histórico-sociais peculiares ao país, evitando-se a adoção de modelos externos prontos (XIAOPING, 2001), construindo-se um dinâmico e ainda incompreensível socialismo de mercado com características chinesas.

Seus resultados têm sido positivos, ao menos em questões de crescimento econômico e de legitimidade política do governo, como comprova a construção de grandes empresas públicas centrais que controlam os altos comandos da economia nacional e a utilização destas para a inserção do país nos mercados regionais e mundiais (CHAN, 2009). Sob o comando da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC, em inglês), o governo tem construído empresas “cabeça de dragão” em setores-chave da economia que perseguem objetivos tanto comerciais quanto não comerciais. Argumenta Chan (2009, p. 53) que

Na ausência de democracia pluralista na China, a busca do crescimento econômico é uma maneira efetiva de manter um alto grau de legitimidade. Desta forma, o nacionalismo econômico é a força de condução por trás da reforma das empresas públicas, com a administração pública e a gestão econômica estatal na vanguarda e o livre desenvolvimento do mercado como um interesse secundário.

Com relação à avaliação de desempenho, o governo tem se preocupado mais com a conformidade política na execução das políticas públicas, com o fim de garantir a legitimidade do PCC, do que com os reais interesses públicos (GAO, 2009). Geralmente, espera-se que a medição de desempenho tenha como objetivo maior avaliar a qualidade dos serviços públicos prestados e não a conformidade entre os agentes públicos executores da política. Gao (2009) afirma que existe a preponderância de uma abordagem quantitativa em detrimento de uma abordagem qualitativa, o que tem prejudicado a avaliação sobre a eficiência e a eficácia dos serviços públicos. O que parece mais grave em isso tudo é que se tem marginalizada a participação dos cidadãos tanto na avaliação quanto no monitoramento do desempenho do governo, conseqüentemente, não se sabe ao certo quais são as reais demandas do povo chinês, o que pode fazer com que tensões sociais não sejam identificadas em tempo hábil e, assim, não sejam devidamente cuidadas. Essas tensões, por sua vez, podem estar minando a própria legitimidade do PCC.

A principal causa de conflitos sociais hoje na China é a transferência de terras e a conseqüente compensação inadequada dos camponeses que as geriam e delas sobreviviam. De acordo com Yep e Fong (2009), se para o camponês a terra significa identificação social, fonte de abrigo, de alimento e de renda, para os governos locais representa fonte de arrecadação para cobrir despesas públicas essenciais (saúde, educação, saneamento etc.), dado que eles auferem receitas com a transferência deste ativo produtivo. Enquanto o problema não for resolvido, a tendência é que os conflitos aumentem, sendo mais uma ameaça à legitimidade do governo, e até para a legitimidade estatal, resultante da gerência inadequada de um ativo produtivo tão importante, demonstrando baixa capacidade administrativa.

Ofuscados por muito tempo pelas altas taxas de crescimento da economia, os conflitos e as resistências sociais na China multiplicam-se (SELDEN; PERRY, 2010). O intenso progresso econômico chinês tem acontecido às expensas de perdas sociais, gerando conflitos que são refletidos na luta por mais e melhores condições de trabalho e ofertas de serviços públicos, pela democracia, pela preservação ambiental, contra a corrupção, pelo respeito às questões étnicas, religiosas e de gênero, entre outras. Tudo isso tem compelido o governo a usar mais seus mecanismos de controle, elevando os custos para a manutenção do PCC no poder e para administração do Estado (SELDEN; PERRY, 2010).

Outra mudança que se tem observado é que a China está caminhando em direção a um Estado de Direito, indicando que o poder do Estado será cada vez mais constrangido por leis, o que tende a reduzir a dominância da relação partido-Estado sobre o sistema legal (CAI, 2007). Isso é resultado da interação entre o Estado e a sociedade, em que leis claras e estáveis parecem ser condições fundamentais.

Dessa forma, observa-se que a relação entre o Estado e a sociedade na China tem resultado em impactos importantes, tanto para o grau de capacidade quanto para o grau de legitimidade do Estado chinês. Igualmente, acredita-se que essa interação é importante para o desenvolvimento das capacidades militares do país, com destaque aqui para aquelas referentes ao campo cibernético e espacial, à medida que podem interferir nas decisões públicas sobre em que os recursos extraídos da sociedade podem ser investidos.

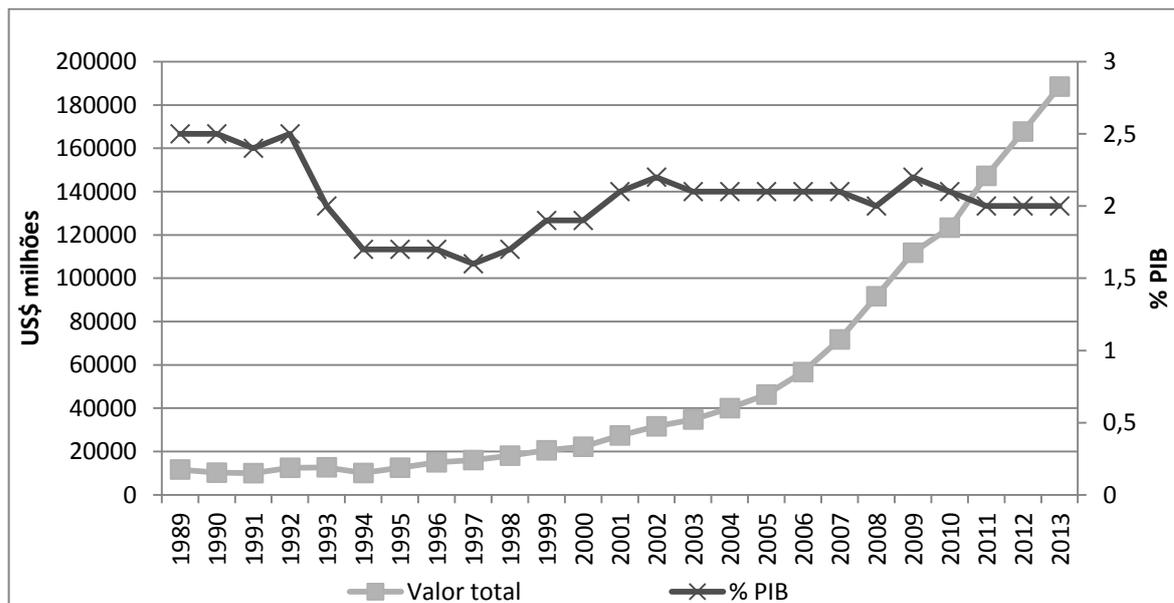
2. China: orçamento de defesa, indústria de defesa e desenvolvimento de capacidades militares.

Percebe-se que os líderes chineses têm dado atenção especial ao desenvolvimento de capacidades militares do país, destinando, para tanto, elevadas parcelas do orçamento público. Igualmente, eles têm promovido o desenvolvimento da indústria de defesa em bases mais civis-militares. Assim, enfatiza-se nessa seção o aumento dos investimentos em defesa, a estratégia do governo de promover uma forte indústria nacional de defesa em bases civis-militares e como isso tem permitido o desenvolvimento de novas capacidades militares, especialmente a cibernética e a espacial.

Waldron (2008) destaca que o assunto mais importante para os estudos estratégicos internacionais na atualidade é a evolução militar chinesa, um dos resultados do aumento dos investimentos em defesa nacional (Gráfico 3). Porém, não se sabe ao certo quais são os reais objetivos chineses com a elevação dos gastos/investimentos. O governo declara que isso faz parte da política nacional defensiva que objetiva construir uma defesa nacional forte e

compatível com a nova posição internacional do país, sendo a mesma guiada por uma política externa pacífica, logo não significa uma ameaça à paz e à segurança regional e mundial (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF CHINA, 2013). São, assim, investimentos que servem para salvaguardar a soberania nacional e a integridade territorial; estão de acordo com o progresso econômico do país; crescem em ritmo razoável e moderado; têm diminuído percentualmente em relação ao PIB; são transparentes dentro do limite de segurança; são necessários para desenvolver as capacidades militares do país; ajudam a cumprir as responsabilidades e as obrigações internacionais do país enquanto membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU); visam elevar a capacidade de proteger os chineses e os seus interesses internacionalmente; e são úteis para as operações militares de não guerra (XINHUANET, 2012, MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF CHINA, 2013).

Gráfico 3: China: Despesas militares (1989-2013) em milhões US\$ e em % PIB*



Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI 2015). Elaboração dos autores.

* Os dados do SIPRI para a China são estimativas.

Nas duas últimas décadas, o orçamento de defesa chinês aumentou a uma média anual de dois dígitos percentuais (ERICKSON; LIFF, 2011), tendo contribuído parcialmente para isso o acelerado crescimento econômico do país desde a sua abertura econômica. Parcialmente porque Wood (2010) indica que, ao serem considerados intervalos de tempo médios, como décadas, é identificada uma correlação entre Produto Interno Bruto (PIB) e gastos militares. Mas, quando a análise abrange intervalos menores, isto é, ano-após-ano, não há uma correlação aparente. A justificativa é que o orçamento de defesa chinês pertence ao nível de

decisão estratégica, o que quer dizer que tem prioridade dentro do orçamento público. Assim, menor crescimento do PIB em curtos períodos não necessariamente implicará redução do orçamento, embora a falta de informações confiáveis sobre o assunto torne qualquer análise muito frágil.

A falta de transparência das informações oficiais sobre o assunto é realmente um problema. O governo afirma que existe transparência, mas relativa, dado que cada país expõe o seu orçamento de defesa em graus e formas diferentes, conseqüentemente, inexistente transparência plena (TAO, 2013). Nesse sentido, o livro branco de defesa chinês (MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF CHINA, 2013) indica que a maioria dos recursos é usada para custear despesas com pessoal, manutenção, compensação dos aumentos de preços, e a informatização e a mecanização da força de defesa. Essas informações, porém, são insuficientes para diminuir as acusações contra o governo e o Estado, denúncias que alegam que estes excluem itens importantes do orçamento de defesa, divulgam dados muito agregados, inconfiáveis e não qualitativos, assim como omitem fontes extraorçamentárias (WOOD, 2010).

Transparência plena sobre orçamento de defesa é irreal. Geralmente, espera-se que um Estado divulgue um conjunto de itens em seu orçamento de defesa, como aqueles que indicam as despesas correntes e em capital identificados pelo Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo (Em inglês Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI). Dessa forma, o SIPRI expõe que alguns dos itens fora do orçamento oficial de defesa chinês são:

[...] (a) os gastos com os paramilitares da Polícia Armada do Povo (PAP), (b) com a desmobilização dos soldados e com pagamento de aposentadorias do Ministério de Assuntos Cíveis, (c) com subsídios para a indústria de armas, (d) com financiamento adicional de pesquisa e desenvolvimento (P&D) militar por ministérios cíveis, (e) com despesas adicionais de construção militar, (f) com importações de armas chinesas, e (g) com empresas militares residuais (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUT, 2013).

Nessa perspectiva, os valores oficiais chineses divulgados ficam abaixo dos valores reais. Estes podem ser até três vezes maiores do que aqueles (O'HANLON, 2009). Para Fisher (2008), isso pode fazer parte da estratégia chinesa de disseminar pelo mundo a ideia de política de baixo perfil, com a intenção de conter ou evitar impedimentos ao seu plano de projeção internacional de poder. Tanto a alegação rotineira de “ascensão pacífica” e de “não interferência”, a negação da busca de hegemonia, da militarização do espaço, do

desenvolvimento de capacidades misselísticas, assim como do primeiro uso de armas nucleares, podem ser instrumentos discursivos que servem a esse propósito.

Embora a China não negue que esteja aumentando a sua capacidade militar para ter sucesso em uma provável guerra local – possivelmente envolvendo Taiwan ou o Japão, principalmente por meio da mecanização e da informatização da força de defesa (SINGH & KUMAR, 2012; DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES OF AMERICA, 2013, MINISTRY OF DEFENSE OF JAPAN, 2012) – seu interesse maior parece não ser esse. Waldron (2008, viii) defende que o país reivindica o *status* de grande potência global, sendo que o aumento da capacidade chinesa no campo militar e, principalmente, a surpresa que este causou, não é resultado das táticas de dissimulação e de engano do governo chinês, é na verdade “[...] o resultado tanto da falta de vontade estrangeira em reconhecer a inteligência e a desenvoltura do governo em Pequim quanto da sua relutância em aceitar que a China estava buscando, não o *status* de potência local ou regional, mas sim de grande potência global”.

O que se pode fazer diante dessa realidade? Shambaugh (2002) salienta que não está mais em discussão se o ELP crescerá cada vez mais poderoso, pois isso já acontece; trata-se de um fato perceptível e que deve ser aceito. O autor ainda esclarece que a China tem o direito legítimo de modernizar suas forças de defesa para salvaguardar a sua soberania e integridade.

Cheung (2010), Lewis (2010) e Stokes e Cheng (2012) complementam o pensamento de Shambaugh (2002) ao esclarecerem que a capacidade militar chinesa está em elevado estágio de modernização, tendo nos anos recentes alcançado feitos relevantes em áreas centrais para as novas formas de conflitos interestatais, como a espacial e a cibernética, mas isso só aconteceu depois de várias ações frustradas do governo.

Os líderes chineses começaram a pensar mais profundamente na modernização do ELP após uma série de acontecimentos, conforme Shambaugh (2002), que revelou o quanto este último estava relativamente atrasado em termos táticos e, principalmente, em termos tecnológicos (SHAMBAUGH, 2002). Consequentemente, implementaram-se reformas para tornar o ELP mais moderno, profissionalizado, eficiente e com maior capacidade de prontidão e dissuasão. Porém, não se constrói uma força de defesa moderna sem investimentos e sem uma indústria nacional de defesa dinâmica e forte. SHAMBAUGH (2002) afirma que, desde meados do século passado, a China tenta desenvolver um complexo industrial-militar nacional, contudo, registrou muitas falhas, principalmente em função da tentativa de construí-lo estruturado em empresas estatais, que eram muito protegidas, recebiam vários tipos de incentivos do governo e produziam prioritariamente tecnologias de uso militar, além de

estarem distantes das lógicas da livre concorrência – um elemento fundamental que leva as empresas a se atualizarem, a produzirem de forma mais eficiente, a entenderem as dinâmicas mais recentes do mercado e a buscarem tecnologias mais modernas. Todavia, Wood (2010) indica que a base da indústria de defesa chinesa, da mesma forma que a nação como um todo, está em rápido processo de mudança, sendo uma delas a interação cada vez maior da indústria de defesa com a economia civil, o que é promovido pelo governo, representando, assim, uma mudança de abordagem.

Medeiros et al. (2005), antes de Wood (2010), já defendiam que isso tem elevado a eficiência da indústria de defesa e permitido ganhos tecnológicos substanciais, ao mesmo tempo em que tem ajudado o país a superar inúmeras deficiências em capacidades militares. São visíveis as evoluções em setores como TI, construção naval e construção de mísseis, e mesmo em setores até pouco tempo menos desenvolvidos, como o de aviação. Os autores resumem em quatro os motivos para o progresso registrado: o aumento das receitas das empresas do setor de defesa; a maior imersão das empresas do setor de defesa na dinâmica mercadológica; o acesso das empresas do setor de defesa às parcerias e às tecnologias estrangeiras; e a melhor capacidade de gestão, maior eficiência e capacidade de desenvolvimento de P&D das empresas do setor de defesa.

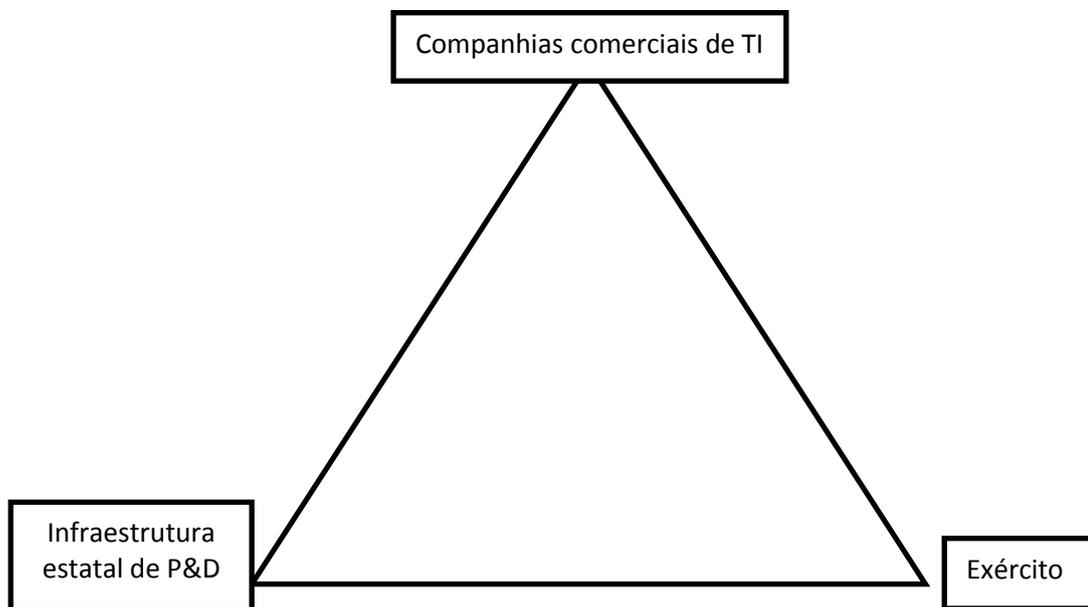
Esses elementos são encontrados no que Medeiros et al. (2005) nomeiam como “o novo paradigma da indústria de defesa”: “o triângulo digital” (Figura 1), o qual compreende uma estratégia de desenvolvimento tecno-nacionalista que conta com elevada coordenação burocrática e com substanciais apoios fiscais às indústrias de TI, em uma combinação de interesses entre setor comercial de TI, setor de infraestrutura estatal de P&D e setor militar, cada um ocupando um dos três vértices do triângulo em forte processo de interação. Individualmente, esses setores desempenham papéis peculiares, mas em conjunto promovem tanto o desenvolvimento da economia civil quanto militar.

O setor de TI recebe apoio financeiro do governo por meio de bancos estatais, do Ministério da Indústria e de Tecnologia da Informação e do Programa de Tecnologia 863 de Alta Tecnologia, um dos principais programas para o impulso da ciência e da tecnologia da China, lançado em 1986 e dividido inicialmente em sete áreas-chave de pesquisa científica e tecnológica: biologia, aeroespacial, tecnologia da informação, tecnologia de laser, automatização, energia e novos materiais. Posteriormente, oceanografia foi agregada como área-chave (DELGADO, 2013).

Tudo isso permite o desenvolvimento de tecnologias de dupla utilização, fazendo com que empresas ditas privadas como a ZTE, a Huawei, a Datang e a Julong sigam em alguns

casos objetivos não comerciais. Por sua vez, o setor de infraestrutura estatal de P&D é disponibilizado pelo Estado para as empresas do setor de TI para que desenvolvam suas pesquisas. Já o setor militar desempenha o papel de “cliente preferencial” e parceiro de pesquisa. Conseqüentemente, “as evidências mostram claramente que os subsetores de telecomunicações e microeletrônica têm encontrado a fórmula do sucesso pela mistura de direção estatal com dinamismo comercial para promover tanto a infraestrutura de tecnologia da informação civil quanto militar chinesa” (MEDEIROS et al., 2005, p. 246).

Figura 1: Os três vértices do triângulo digital



Fonte: MEDEIROS et al. (2005, p. 218)

Esses avanços permitem que a China continue progredindo rapidamente nos domínios tradicionais e não tradicionais de defesa. Chama a atenção o desenvolvimento chinês tanto de seu poder cibernético quanto de sua capacidade espacial. Nye (2010) indica que um novo contexto da política mundial é o ciberespaço.

Segundo o departamento de defesa norte-americano (DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES OF AMERICA, 2013), o desenvolvimento de capacidades em guerra cibernética é um dos objetivos dos líderes chineses. Com essa capacidade, a China pode acessar dados militares e civis de qualquer país e utilizá-los para fins diversos; reduzir a capacidade de ação de um adversário ou o seu tempo de resposta, quando de um ataque; potencializar a capacidade de outros ataques em tempo de crise e conflito; negar capacidades semelhantes ao inimigo; e enfraquecer e distrair a coesão social e a vontade política.

O país também tem desenvolvido rapidamente as suas capacidades espaciais. Stokes e Cheng (2012, p. 8) esclarecem que a China está emergindo como uma potência espacial, o que serve para reforçar a legitimidade do PCC. Para os autores, “de fato, desde a Guerra Fria, a tecnologia espacial tem sido vista como uma métrica de legitimidade política, do poder nacional e de *status* dentro da comunidade internacional”. Esse é um projeto prioritário, que recebe atenção especial no orçamento público e que tem integrado interesses civis e militares relativos à exploração do espaço sideral. Conseqüentemente, novas capacidades têm sido desenvolvidas em satélites e estão progredindo a capacidade de realizar ataques de precisão em longo alcance e as novas tecnologias de lançamento espacial.

Assim, toda essa evolução no desenvolvimento de capacidades militares chinesas em várias áreas-chave não tem apenas permitido ao ELP projetar poder militar nos domínios tradicionais e não tradicionais de defesa, pois tem, sobretudo, garantido parte da legitimidade do PCC e do próprio Estado. Entretanto, está aumentando a pressão sobre o governo e sobre o Estado para que invistam mais em questões de cunho social, como se expõe a seguir, em momento que a legitimidade do Estado e do governo chinês está mais relacionada ao desempenho econômico e que a China apresenta tendência de menor crescimento, dando ainda mais relevância à pergunta norteadora desse artigo: A necessidade de satisfazer demandas sociais crescentes está reduzindo os investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades militares?

3. Investimentos preferenciais no sistema de bem-estar social: como justificar investimentos no setor militar?

Observou-se anteriormente que a interação entre o Estado e a sociedade é determinante tanto da capacidade quanto da legitimidade estatal e, embora a China tenha registrado progresso no desenvolvimento de sua capacidade extrativa, coercitiva e administrativa, ainda tem muito em que evoluir. A estratégia de desenvolver e de modernizar a indústria de defesa em bases civis-militares é um dos exemplos de interação na qual o Estado visa desenvolver sua capacidade de defesa em bases mais sustentáveis. A lógica mercadológica, que faltava na estratégia anterior alicerçada nas empresas estatais, agora permite, não só a atualização da indústria nacional de defesa, mas também a geração de recursos financeiros.

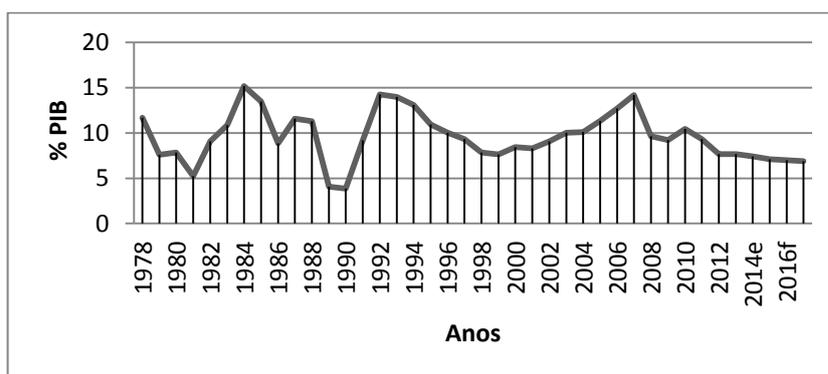
Ainda que se precise de evidências mais contundentes, essa estratégia sugere que o Estado está buscando outras fontes para garantir futuros investimentos no setor militar, o que parece razoável ao considerar o crescimento das demandas sociais, que tem provocado a elevação dos custos de manutenção da ordem e do PCC no poder, o qual é mais relevante à

medida que se soma à incipiente capacidade de arrecadação e de orçamento do país, à falta de democracia pluralista, e a confirmação de baixas taxas de crescimento. Parte-se do princípio de que a interação entre o Estado e a sociedade se caracteriza por relações de negociações (CASTELLANO, 2012), em que a sociedade espera ter garantido pelo Estado segurança, direitos, bem-estar etc. Porém, segundo o governo, a garantia destas obrigações está atrelada à manutenção de determinada faixa de crescimento. O governo expõe, pois, que,

[p]ara levar o ajuste estrutural da economia adiante, estabilizar e aumentar o emprego e garantir e melhorar o bem-estar das pessoas, nós temos de manter a economia crescendo dentro de uma faixa razoável. Nós devemos confiar ainda mais no desenvolvimento para promover a redução da pobreza e terminar de construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos (XINHUA, 2014).

Para Bijian (2005), “de fato a China alcançou a meta que estabeleceu para si em 1978: ela significativamente melhorou o bem-estar de seu povo, embora o seu desenvolvimento tenha sido muitas vezes limitado e irregular”. Contudo, Morrison (2014) destaca que a crise econômica global, iniciada em 2008, “[...] afetou muito a economia chinesa. As exportações, as importações e as entradas de investimentos externos diretos (IED) no país diminuíram, o crescimento do PIB desacelerou e milhões de trabalhadores chineses dizem ter perdido seus empregos”. Entre 1978 e 2013, o país registrou uma média de crescimento anual de cerca de 10%, mas desde 2008 verifica-se redução neste ritmo (Gráfico 4). A expectativa é que esse menor crescimento permaneça e prejudique a garantia do bem-estar da sociedade pelo Estado.

Gráfico 4: China - Crescimento do PIB (% anual) * entre 1978-2017



Fonte: El Banco Mundial (2015b). Elaboração dos autores.
 Nota: e = estimativa (estimate); f = previsão (forecast).
 * Taxa de crescimento anual em percentagem do PIB a preços de mercado em moeda local, a preços constantes. Os agregados estão expressos em dólares dos EUA a preços constantes do ano 2005.

Problemas como crises (econômicas, financeiras e políticas) e seus efeitos associados a outros desafios econômicos internos podem resultar em instabilidade social, obrigando o governo a repensar as prioridades dos gastos públicos. Por isso, é importante manter o crescimento econômico. Nas palavras de Morrison (2014, p. 1-2):

O governo chinês vê uma economia em crescimento como vital para a manutenção da estabilidade social. Todavia, a China enfrenta uma série de grandes desafios econômicos que poderiam diminuir o crescimento futuro, incluindo as políticas econômicas distorcidas [...], o apoio do governo para as empresas estatais, um fraco sistema bancário, o agravamento das disparidades de renda, o crescimento da poluição, e a relativa falta do Estado de Direito [...]. O governo chinês tem reconhecido estes problemas e se comprometeu a resolvê-los através da implementação de políticas para impulsionar os gastos dos consumidores, ampliar a cobertura da rede de seguridade social e incentivar o desenvolvimento de indústrias menos poluentes.

Outros fatores podem contribuir para o aumento das instabilidades sociais, tais como a desigualdade de renda, a pobreza, a emigração do campo para a cidade, a corrupção, o confisco de terras e o seu ressarcimento inadequado, o envelhecimento da população e a falta de uma rede de cobertura social adequada. Li (2012, p. 39) assevera que, desde a década de 1950, o governo chinês usa, de forma mais ou menos funcional, a construção e ampliação do sistema de bem-estar social, sendo que atualmente a sua consolidação e ampliação estão embasadas no fortalecimento e na garantia da harmonia social. Segundo o autor (2012, p. 52), “o Partido Comunista da China tem direcionado o sistema de bem-estar do país para manter a autoridade do partido em meio às novas circunstâncias políticas, sociais e econômicas”. Ele complementa afirmando que

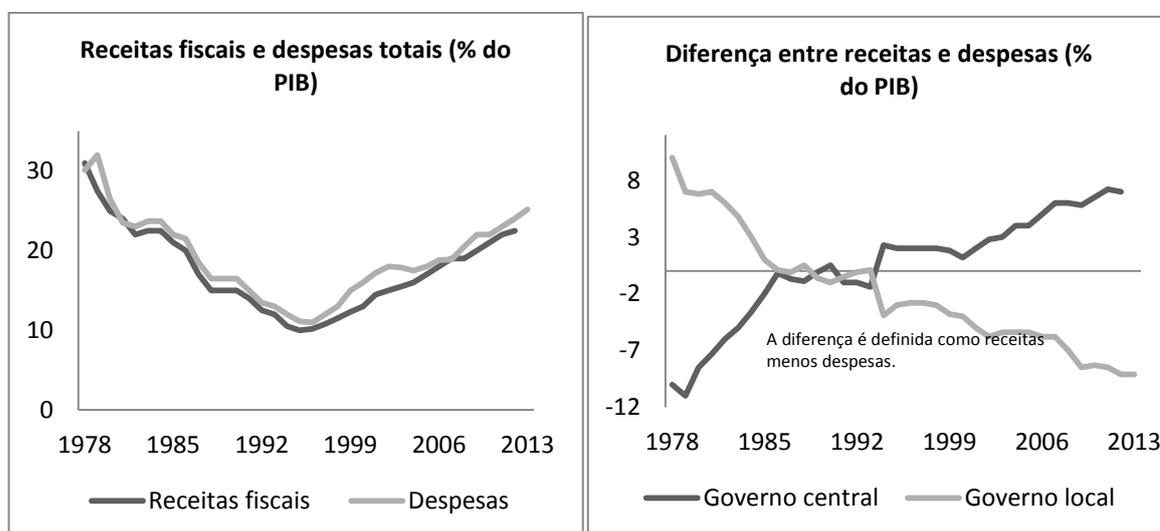
[a]s reformas das políticas sociais têm desempenhado um papel muito maior atualmente. Esta foi a primeira vez desde a década de 1980 que as reformas de bem-estar foram destinadas a melhorar diretamente o bem-estar das pessoas. Esta representou um grande contraste com as reformas anteriores de assistência social destinadas a facilitar o crescimento econômico e a eficiência da empresa estatal. A razão para tal movimento foi a de que os problemas sociais discutidos anteriormente estavam se tornando uma séria ameaça para a estabilidade social. Maior desigualdade social foi levando a um forte sentimento de ressentimento contra os ricos.

Essas preocupações poderiam diminuir se as bases para um crescimento econômico estável estivessem bem estabelecidas, o que não parece ser o caso. O governo chinês reconhece pelo menos cinco razões para isso: 1) “[...] o impulso para o crescimento econômico não é forte”; 2) “[...] a tarefa de melhorar e atualizar a estrutura econômica ainda é árdua”; 3) “[...] os

problemas que impedem o desenvolvimento agrícola constante são proeminentes”; 4) “[...] os problemas do consumo de recursos e poluição ambiental são acentuados”; e 5) os “[...] riscos fiscais e financeiros ocultos não podem ser negligenciados” (XINHUA, 2014).

Os riscos fiscais e financeiros têm preocupado o governo. Por um lado, as demandas sociais crescentes requerem prováveis aumentos dos gastos públicos. Como mostra o gráfico 5, tem aumentado as despesas públicas chinesas. Por outro lado, crise econômica global, constrangimentos internos ao crescimento, baixa capacidade de arrecadação e orçamento, e déficit público (Gráfico 5) podem constranger a capacidade de investimento do governo.

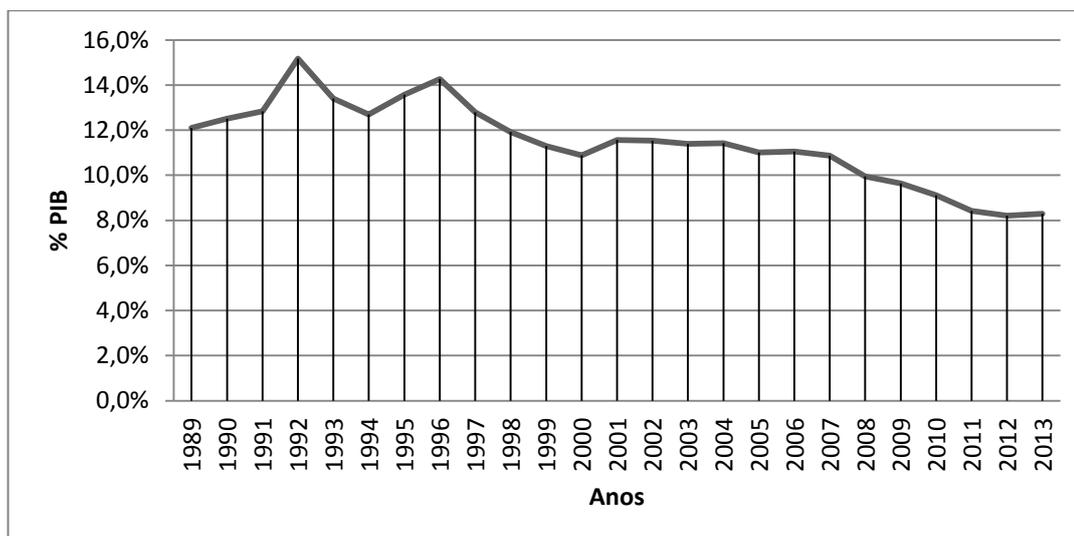
Gráfico 5: China: finanças públicas (1978 - 2013)



Fonte: Asian Development Bank (2014, xi). Modificado pelos autores.

O gráfico 6 mostra que, relativamente, têm-se diminuído as despesas militares chinesas em relação aos gastos públicos. A interpretação dos dados SIPRI (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2015) sugere que isso reflete mais uma tendência mundial pós-Guerra Fria do que propriamente o reflexo do aumento das demandas por mais e melhores serviços públicos. Adicionalmente, como já exposto, em termos absolutos, as despesas militares aumentaram. Igualmente, é mister notar que, como indica o gráfico 5, os déficits públicos têm sido dos governos locais, não do governo central.

Gráfico 6: China: despesas militares 1988-2013 (% gastos do governo) *



Fonte: Elaboração dos autores, a partir do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI 2015).

* Os dados do SIPRI para a China são estimativas.

O déficit público total ainda é relativamente pequeno, mas o incremento dos déficits públicos dos governos locais tem preocupado. Estes recebem cerca de 50% das receitas fiscais totais, dos quais 85% são destinados à despesa pública. As dificuldades de financiamento tornam-se ainda mais sérias à medida que aumentam as suas obrigações de garantir mais serviços públicos (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2014). Para o governo central:

O fardo da dívida de alguns governos e indústrias locais é pesado, algumas empresas estão demasiadamente cheias de dívidas, os ativos inadimplentes de instituições financeiras têm subido, e a gestão do risco de liquidez tornou-se mais difícil. Adicionalmente, o problema do desemprego estrutural é proeminente, os preços da habitação em algumas grandes cidades estão crescendo rapidamente, e existem riscos e perigos ocultos no mercado imobiliário. Existem também problemas importantes relativos aos alimentos e aos medicamentos de qualidade, segurança do trabalho, distribuição de renda, e a expropriação de terras e reassentamento (XINHUA, 2014).

Assim, as autoridades chinesas indicam que é preciso melhorar a estrutura dos gastos públicos e concentrar esforços em “[...] garantir e melhorar o bem-estar das pessoas e dar tratamento preferencial à agricultura, à educação, à seguridade social, à saúde, à proteção ambiental, à ciência e à tecnologia” (XINHUA, 2014). Percebe-se, para além do rigor com o gasto público, que os gastos militares não entraram no rol de “tratamento preferencial”, entre as ações do governo, ao menos aqui.

Dessa forma, como o governo poderá justificar o aumento dos investimentos no setor militar? Longe de uma resposta conclusiva, parece restar justificá-los com base em outros elementos de desempenho, como defesa nacional, ou por conquistas no desenvolvimento de capacidades militares, como aquelas no campo espacial. Agora, até que ponto o argumento investir com a intenção de fortalecer a defesa nacional resistirá às pressões por maior oferta de serviços públicos essenciais é uma incógnita, ao menos a curto e a médio prazo, mas certamente já ligou o “sinal amarelo” do Politburo do PCC.

Considerações finais

O artigo apresentou determinados pontos da interação entre o Estado, a sociedade e os investimentos públicos chineses, considerando que a legitimidade do Estado e do governo chinês está mais relacionada ao desempenho econômico, e que a China apresenta tendência de menor crescimento, objetivando ensaiar resposta à pergunta: A necessidade de satisfazer demandas sociais crescentes está reduzindo os investimentos públicos no desenvolvimento de capacidades militares? A hipótese era que sim. Entretanto, o estudo da interação indicou que isso ainda não acontece.

Como se observou, a relação dinâmica de negociação entre o Estado e a sociedade determina a capacidade e a legitimidade estatal chinesa, esta embasada principalmente no desempenho (moral, econômico e securitário); pode influenciar a extração de recursos da população e sua alocação, assim como pode nortear as prioridades dos investimentos públicos. Nesse sentido, novas circunstâncias políticas, sociais e econômicas têm induzido o governo a empreender mais recursos na construção do estado de bem-estar social em contexto, no mínimo, preocupante, devido aos reflexos negativos da crise econômica global, aos impedimentos domésticos à continuidade do crescimento, à baixa capacidade de arrecadação e orçamento e ao déficit público.

Porém, os aumentos absolutos simultâneos das despesas públicas com a construção do estado de bem-estar social e com o desenvolvimento de capacidades militares indicam que, ao menos no curto e no médio prazo, não se pode sustentar a hipótese inicial. A diminuição relativa das despesas militares como parte das despesas públicas parece refletir mais uma tendência mundial e possivelmente maior eficácia e eficiência na aplicação dos recursos.

O desenvolvimento de capacidades militares pertence ao nível de decisão estratégica, fazendo com que os investimentos nesse sentido não diminuam com a redução do PIB em curtos intervalos de tempo. Ao longo prazo, em confirmando as expectativas de elevado crescimento das demandas sociais por mais e melhores serviços públicos induzindo,

provavelmente, o incremento dos gastos públicos, é factível esperar que apareçam constrangimentos aos investimentos em capacidades militares, tais como questionamentos sobre a ordem de prioridades desses dispêndios. Contribuirá para isso a ameaça à legitimidade estatal e a legitimidade governamental resultante da moderação do crescimento da economia.

É imprescindível, contudo, considerar que possíveis reduções da taxa de crescimento econômico chinês são esperadas à medida que a economia se torna mais desenvolvida, o que não necessariamente significa menos recursos, mas maior desenvolvimento econômico. Adicionalmente, as finanças públicas do governo central, nível de governo que empreende recursos no setor militar, são superavitárias, apesar da crescente necessidade de socorrer os governos locais deficitários. A administração central também tem mais controle sobre as receitas públicas. Igualmente, as contas públicas totais deficitárias parecem refletir a estratégia governamental de elevar os gastos públicos como um estímulo à economia, isto é, a tentativa de melhorar a rede de serviços públicos pretende impulsionar os gastos das famílias por meio de redução da poupança doméstica, objetivando mudar a base do crescimento econômico, de dependente das exportações e investimentos externos diretos, para orientado pelo consumo interno.

O governo, no entanto, está convicto de que, para construir uma força de defesa moderna, são necessários elevados investimentos em uma indústria nacional de defesa dinâmica e forte, assim como tornar os projetos e recursos aplicados mais eficientes e eficazes. Talvez por isso, ele esteja buscando evitar que no futuro os dispêndios com o estado de bem-estar social reduzam as inversões no desenvolvimento de capacidades militares. Nesse sentido, a promoção da interação entre a economia civil e militar nacional, como no “triângulo digital”, reflete tanto a estratégia de dar maior dinamicidade ao complexo industrial-militar do país quanto almeja encontrar fontes alternativas de custeio dos futuros investimentos.

Referências

ASIAN DEVELOPMENT BANK (2014). **Money matters**: Local government finance in the People's Republic of China. Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank.

BIJIAN, Zheng (2005). China's "peaceful rise" to great-power status. **Foreign Affairs Essays**, 84 (5), Sept. /Oct. 2005, publicado em [<http://www.foreignaffairs.com/issues/2005/84/5>]. Disponibilidade: 08/10/ 2014.

BRAUTIGAM, Deborah; FJELDSTAD, Odd-Helge; MOORE, Mick,Eds. (2008). **Taxation and state building in developing countries**. Cambridge: Cambridge University Press.

CAI, Yongshun (2007). Civil Resistance and Rule of Law in China: The Defense of Homeowners' Rights. In PERRY, Elizabeth J. & GOLDMAN, Merle (eds.). **Grassroots political reform in contemporary china**. Harvard Contemporary China Series, 14. Cambridge: Harvard University Press, 174-95.

CASTELLANO, Igor et al. (2012). Capacidade estatal: democracia e poder na era digital. **ISAPE Debate**, n. 3, nov. 2012, publicado em [<http://isape.org.br/index.php/publicacao/115>]. Disponibilidade: 02/06/ 2013.

CHAN, Hon S. (2009). Politics over markets: Integrating state-owned enterprises into Chinese socialist market. **Public Administration and Development Public Admin**, 29 (1): 43-54, publicado em [<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.502/pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

CHEUNG, Tai Ming (2010). The Chinese defense economy's long march from imitation to innovation. **Study of Innovation and Technology in China**, Policy Brief, n. 3, publicado em [<http://igcc.ucsd.edu/assets/001/500868.pdf>]. Disponibilidade : 25/06/ 2013.

COLLINS, Paul; CHAN, Hon S. (2009). State capacity building in china: an introduction. **Public Administration and Development**, 29 (1): 1-8, publicado em [<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.521/pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

DELGADO, Daniel Lemus (2013). **Innovación a la China**: Analiza la larga marcha del gigante asiático hacia el liderazgo mundial. Madrid: LID Editorial.

DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES OF AMERICA (2013). **Annual report to congress: military and security developments involving the people's republic of china 2013**, publicado em [http://www.defense.gov/pubs/2013_China_Report_FINAL.pdf]. Disponibilidade: 01/07/ 2013.

EL BANCO MUNDIAL (2015a). **Dados: Recaudación impositiva** (% del PIB), publicado em El Banco Mundial [<http://datos.bancomundial.org/indicador/GC.TAX.TOTL.GD.ZS/countries/CN-US-1W?display=graph>]. Disponibilidade: 01/07/2013.

EL BANCO MUNDIAL (2015b). **Dados: Crecimiento del PIB** (% anual), publicado em *El Banco Mundial* [<http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>]. Disponibilidade: 07/07/2013.

ERICKSON, Andrew S.; LIFF, Adam P. (2011). Understanding china's defense budget: what it means, and why it matters. **Pacific Forum CSIS**, PacNET 16, publicado em [<http://csis.org/files/publication/pac1116.pdf>]. Disponibilidade: 01/07/ 2013.

FISHER, Richard D. (2008). **China's military modernization**: building for regional and global reach. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group.

GAO, Jie (2009). Governing by goals and numbers: a case study in the use of performance measurement to build state capacity in China. **Public Administration and Development**,

29(1): 21-31, publicado em [<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.514/pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

GILLEY, Bruce (2006). The meaning and measure of state legitimacy: results for 72 countries. **European Journal of Political Research**, (45): 499–525, publicado em [<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.2006.00307.x/pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

HANSON, Jonathan K.; SIGMAN, Rachel (2013). **Leviathan's latent dimensions: measuring state capacity for comparative political research**, publicado em Syracuse University [http://faculty.maxwell.syr.edu/johanson/papers/hanson_sigman13.pdf]. Disponibilidade: 04/06/ 2013.

LEWIS, James A. (2010). **Cyber war and competition in the China-U.S. relationship**, publicado em Center for Strategic & International Studies [http://csis.org/files/publication/100510_CICIR%20Speech.pdf]. Disponibilidade: 01/06/ 2013.

LI, Bingqin (2012). Social welfare and protection for economic growth and social stability — China's experience. In JING, Huang et al. **A changing China: emerging governance, economic and social trends**. Singapore: Civil Service College, 39-60.

MA, Jun (2009). 'If you can't budget, how can you govern?': A study of China's state capacity. **Public Administration and Development**, 29 (1): 9-20, publicado em [<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.509/pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

MEDEIROS, Evan S. et al. (2005). **A new direction for China's defense industry**. Santa Monica: RAND Project Air Force. Publicado em [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2005/RAND_MG334.pdf]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

MINISTRY OF DEFENSE OF JAPAN (2012). **Defense of Japan 2012 (Annual White Paper 2012)**. Tokyo: Japan Ministry of Defense. Publicado em [http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/e-book/2012/index.html]. Disponibilidade : 01/07/ 2013.

MINISTRY OF FINANCE OF CHINA (2013). **Report on the implementation of central And local budgets in 2012 and on draft central and local budgets for 2013**, publicado em [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Speeches/2013-03/20/content_1789653.htm]. Disponibilidade: 01/07/2013.

MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF CHINA (2013). **White papers: MODC The diversified employment of China's Armed Forces**, publicado em [<http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/index.htm>]. Disponibilidade: 01/07/2013.

MORRISON, Wayne M. (2014). **China's economic rise: history, trends, challenges, and implications for the United States**. Washington: Congressional Research Service, publicado em [<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=182601>]. Disponibilidade: 05/04/ 2015.

NYE, Joseph (2010). **Cyber Power**, publicado em Belfer Center for Science and International Affairs/Harvard Kennedy School, publicado em [<http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/cyber-power.pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

O'HANLON, Michael E. (2009). **The Science of War**. New Jersey: Princeton University Press.

SELDEN, Mark; PERRY, Elizabeth J. (2010). Introduction: reform, conflict and resistance in contemporary China. In _____ (eds). **Chinese Society: Change, conflict and resistance**. 3^a ed. London/ New York: Routledge/Taylor & Francis e-Library.

SHAMBAUGH, David (2002). **Modernizing China's Military: Progress, Problems, and Prospects**. Berkeley: University of California Press.

SINGH, Mandip; KUMAR, Lalit (2012). **China's defence budget 2012: an analysis**, publicado em IDSA [http://idsa.in/system/files/IB_ChinasDefenceBudget2012_MandipLalit.pdf]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

STOKES, Mark A.; CHENG, Dean (2012). **China's evolving space capabilities: implications for U.S. interests**, publicado em The U.S.-China Economic and Security Review Commission/Project 2049 Institute [http://project2049.net/documents/uscc_china-space-program-report_april-2012.pdf]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2013). **SIPRI Military Expenditure Database: Sources and methods**, publicado em SIPRI [http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/copy_of_sources_methods]. Disponibilidade: 25/06/2013.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2015). **Download data for all countries from 1988-2013 as an Excel spreadsheet**, publicado em SIPRI [http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database/milexdata1988-2012v2.xls]. Disponibilidade: 25/06/2013.

TAO, Zhang, Ed. (2013). **Military experts: why china increases defense spending**, publicado em [http://eng.mod.gov.cn/Opinion/2013-03/12/content_4436661.htm]. Disponibilidade: 25/06/2013.

THE WORLD BANK (2015). **Rule of Law: Percentile Rank**, publicado em The World Bank [<http://databank.worldbank.org/data/views/variableselection/selectvariables.aspx?source=worldwide-governance-indicators#>]. Disponibilidade: 25/06/2013.

TILLY, Charles (2007). **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press.

WALDRON, Arthur (2008). Foreword. In FISHER, Richard D. **China's military modernization: building for regional and global reach**. Santa Barbara: Greenwood Publishing Group, VII-XIV.

WOOD, Jason (2010). **Economic factors shaping China's defenses spending: historical trends and recent developments**, publicado em ASCO/DTRA, report n. ASCO 2010 022

[<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA556997>]. Disponibilidade: 01/07/ 2013.

XIAOPING, Deng (2001). **Selected works of Deng Xiaoping**. V. III (1982-1992). Oregon: University of Oregon, publicado em [<http://library.uoregon.edu/ec/e-asia/read/Deng03.pdf>]. Disponibilidade: 19/04/ 2013.

XINHUA (2014). **Report on China's economic, social development plan (2014)**, publicado em [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Speeches/2014-03/18/content_1856701.htm]. Disponibilidade: 13/10/ 2014.

XINHUANET (2012). **China's defence budget to grow 11.2 pct. in 2012**: spokesman, publicado em [http://news.xinhuanet.com/english/china/2012-03/04/c_131445012.htm]. Disponibilidade: 04/06/ 2013.

YEP, Ray; FONG, Carolin (2009). Land conflicts, rural finance and capacity of the Chinese state. **Public Administration and Development**, 29 (.1): 69–78, publicado em [<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pad.498/pdf>]. Disponibilidade: 25/06/ 2013.

ZHAO, Dingxin (2009). The mandate of heaven and performance legitimation in historical and contemporary China. **American Behavioral Scientist**, (53): 416- 33, publicado em [<http://abs.sagepub.com/content/53/3/416>]. Disponibilidade: 25/06/ 2009.